

Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990¹

*Paulo de Martino Jannuzzi*²

Resumo

O trabalho analisa as mudanças de nível e padrão da Mobilidade Social no Brasil, com base nos levantamentos das PNADS de 1982 e 1996, compatibilizados através de uma escala socioocupacional de 5 níveis. Mostra-se a mudança significativa das cifras de mobilidade intrageracional no período, revelando um forte aumento da mobilidade descendente e da imobilidade socioocupacional, tendências essas explicadas como resultado das adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990. Apresenta, também, os diferenciais de níveis de mobilidade de grupos demográficos (segundo sexo, raça/cor, geração) e socioeconômicos específicos (segundo nível educacional, grupos ocupacionais), mostrando o agravamento das desigualdades de mobilidade ascendente no período. Procura, também, avaliar o papel do dinamismo econômico e da estrutura ocupacional regional como fatores estruturais da mobilidade social em diversas áreas de atração e evasão populacional no país.

Palavras-chave: Mobilidade ocupacional – Brasil; Mobilidade Intrageracional; Migração.

Abstract

This paper discuss the trends over Social Mobility levels and patterns in Brazil, based upon 1982 and 1996 National Household Surveys, using a five-scaled occupational classification. It shows that career mobility figures have been changing over the years, revealing higher levels of downward mobility and non mobility, due to the growing adversity of Brazilian labor market evolution. It also presents the mobility levels of some demographic groups (classified by sex, race, generation) and some social economic groups (classified by educational level, occupational group), and their growing differentials on upward mobility. The paper also aims to discuss the importance of regional economic growth and occupational profile as structural factors of social mobility in some in/out migration areas in Brazil.

Key words: Occupational mobility – Brazil; Career mobility; Migration.

JEL J62; O15.

Introdução

Os estudos sobre mobilidade social parecem estar ganhando destaque na agenda de pesquisa das ciências humanas nos últimos anos no Brasil, no bojo das releituras, avaliações históricas e revisitações aos temas clássicos que o final do século XX e os “500 Anos de Descobrimento” parecem suscitar na comunidade de

(1) Trabalho desenvolvido com Bolsa de Ensino e Pesquisa viabilizada através do Convênio ENCE/Fundação Ford (Grant 990-1.161) e recursos materiais da Fapesp (n. 00/09046-3), de março de 2001 a agosto de 2002.

(2) Professor na Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE – Rio de Janeiro, RJ.

pesquisadores sociais no país. Aos trabalhos clássicos de Pastore (1979), Valle Silva (1981), IBGE (1982) e Hasenbalg & Valle Silva (1988) – e às atualizações posteriores dos mesmos (Valle Silva & Roditi, 1986; Pastore, 1986; Pastore & Haller, 1993) – vieram se somar, mais recentemente, os estudos de Caillaux (1994), Andrade (1995, 2000), Scalon (1999), Jannuzzi (1999, 2000a), Pero (2001), Ribeiro & Scalon (2001) e os dos próprios Pastore & Valle Silva (2000), enriquecendo a bibliografia nacional na área. Ainda assim, comparativamente a outras áreas de pesquisa nas ciências sociais, o campo de estudos de mobilidade e estratificação social ainda parece pouco explorado no Brasil (Valle Silva, 1999 e Vianna et al. 1998), sobretudo quando se considera a disponibilidade de dados abrangentes e de boa qualidade sobre a temática no país.³

Em que pesem as distintas bases de dados, as escalas socioocupacionais empregadas, contextos históricos e/ou espaciais considerados e preocupações analíticas privilegiadas (mobilidade intergeracional, mobilidade intrageracional, mobilidade e gênero, mobilidade e cor, mobilidade e migração, etc.), esses trabalhos têm reiterado as principais conclusões formuladas por Pastore & Valle Silva no que diz respeito a intensidade, determinantes e padrão da mobilidade social no país. Assim, tem-se mostrado de forma recorrente que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira no século XX teria sido acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente. Ao longo dos últimos 50 anos, a maior parte da população economicamente ativa teria galgado postos de trabalho urbanos, não manuais ou de maior qualificação, como resultado das mudanças estruturais induzidas pela industrialização, migração rural-urbana e ampliação da oferta educacional por que passou a sociedade brasileira no período.

De um lado, a expansão da indústria e seus efeitos dinamizadores sobre toda a economia atuaram, ao longo das décadas, para a criação e oferta de postos de trabalhos na própria indústria, no comércio, nos transportes, nos serviços, na administração e, enfim, em outras ocupações urbanas, não manuais e de maior qualificação. De outro lado, a migração rural-urbana e a ampliação das oportunidades educacionais viriam a atender à demanda por mão-de-obra induzida pelos efeitos sinérgicos dos investimentos industriais e do crescimento dos centros urbanos, como em um processo funcional de integração das massas camponesas mal qualificadas em ocupações urbanas do baixo terciário e dos estratos médios mais escolarizados nos postos de trabalho de maior especialização técnica.

Embora intensa, a mobilidade social no país teria se caracterizado por se concentrar na base da pirâmide social, por forte herança de status de classe de origem e pelas curtas distâncias socioocupacionais percorridas, outro achado recorrente nos trabalhos da área. Tal padrão aparentemente antitético de

(3) Diferentemente de outros países latino-americanos, o tema da mobilidade social esteve regularmente presente na pauta da investigação estatística nacional, como revelam os suplementos da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (1973, 1976, 1982, 1988 e 1996).

mobilidade – em que muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito na pirâmide social – seria resultado da natureza restrita da mobilidade socioocupacional dos trabalhadores rurais e de seus filhos. Para a grande maioria dos volumosos fluxos de trabalhadores de enxada que chegavam do campo, as oportunidades ocupacionais acabaram se restringindo às ocupações de baixa remuneração e qualificação no mercado de trabalho urbano, na prestação de serviços, serviços domésticos e construção civil (Martine & Peliano, 1978; Castro, 1980; Faria, 1986 e Baltar et al., 1997).

A ênfase na regularidade dos achados empíricos de vários estudos de mobilidade social – mesmo quando referidos a períodos, espaços e subpopulações diferentes e com uso de escalas socioocupacionais distintas, vale reiterar – não deve obscurecer o fato de que há várias questões importantes abertas e não consensualmente resolvidas nos estudos da área. Uma dessas questões, retomada mais recentemente por Ribeiro & Scalon (2001), diz respeito ao grau de rigidez do padrão de mobilidade intergeracional ao longo do período de formação da sociedade urbano-industrial brasileira. Perguntam-se os autores se as chances relativas de mobilidade não teriam se alterado com as mudanças estruturais vivenciadas no período, questionando a tese defendida por Valle Silva & Roditi (1986) – e reiterada por Pero (2001) – de relativa constância do padrão de (não) fluidez social nos últimos 50 anos. Essa é uma questão certamente polarizadora do debate sobre a mobilidade intergeracional ou mobilidade de classes no Brasil, e que deve merecer esforços crescentes de pesquisa.

Outra questão importante – talvez menos endereçada que outras, mas que particularmente orienta este trabalho – é relativa à mudança da intensidade e padrão da mobilidade intrageracional no contexto das transformações estruturais que a economia e o mercado de trabalho urbano brasileiro viriam a apresentar a partir da crise dos anos 1980. Como discutido em Castro (1994), Sabóia (1995), Mattoso & Baltar (1996) e Quadros (1997), a partir de então e sobretudo na década de 1990, as condições gerais do mercado de trabalho urbano viriam a se mostrar menos favoráveis, com baixa expansão do emprego formal, aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado e fortes oscilações do nível de desemprego e rendimento médio. Os fatores determinantes básicos da intensa mobilidade social ascendente no século XX perderiam, pois, a “força transformadora” das décadas passadas, deixando de imprimir o ritmo de mudanças estruturais no espectro ocupacional que possibilitaram a incorporação de massas crescentes provenientes do campo em postos de trabalho (e subtrabalho) na indústria e terciário. Nesse contexto seriam de esperar dificuldades crescentes de mobilidade ascendente, seja de trabalhadores rurais, seja de trabalhadores manuais urbanos.

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de apresentar uma análise do padrão e intensidade da mobilidade socioocupacional da força de trabalho no Brasil, no contexto das mudanças estruturais da base produtiva e da conjuntura do mercado de trabalho nas últimas duas décadas, procurando identificar as especificidades do processo para distintos grupos sociodemográficos, a partir dos dados dos suplementos de mobilidade social das PNADs de 1982 e 1996. Em particular, interessa verificar em que medida a perda de participação da indústria na estrutura ocupacional, a diminuição dos fluxos migratórios rural-urbanos, a migração para centros urbanos mais dinâmicos do território nacional, a ampliação das oportunidades educacionais e o crescimento do emprego público impactaram nas cifras de mobilidade social no país no período em análise.

Não parece haver dúvidas quanto à pertinência e atualidade da temática da mobilidade socioocupacional no quadro de intensas transformações por que vêm passando a economia e as relações de trabalho no país nas últimas décadas, que configuram um cenário muito distinto de mobilidade social daquele existente quando do processo de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, estudado por Pastore (1979) e Valle Silva (1981). Além disso, embora haja uma vasta e rica bibliografia sobre o comportamento do mercado de trabalho no país, com variados graus de abrangência temporal e espacial, não parece haver muito material produzido a partir de fontes de dados não convencionais como os dados de natureza retrospectiva dos suplementos de mobilidade social das PNADs. Dados retrospectivos permitem novas contribuições analíticas aos estudos do trabalho, na medida em que possibilitam um controle metodológico mais preciso das características dos grupos sociais em análise que as pesquisas de natureza transversal. Naturalmente, essas fontes também têm suas limitações, entre as quais a mais flagrante é a seletividade da amostra pesquisada (chefes e cônjuges, que sabiam informar a ocupação do pai quando de seu ingresso no mercado de trabalho no caso da PNAD de 1996).

Este trabalho deve ser entendido como um desdobramento de outro anterior (Jannuzzi, 1999), no qual se apresentou uma revisão bibliográfica dos trabalhos sobre mobilidade social no Brasil e se adiantaram alguns resultados das tendências mais recentes do processo com base na PNAD de 1996. Essa observação é importante para justificar a ausência de uma seção específica no presente trabalho que compile os principais achados dos estudos anteriormente citados.⁴

Assim, o trabalho foi estruturado em seis seções. A primeira seção resume, brevemente, algumas considerações de natureza metodológica que têm importantes conseqüências sobre os resultados apresentados. Nas duas seções seguintes trata-se, respectivamente, da mobilidade inter e intrageracional no

(4) Vale observar que se fez uma síntese dos pontos convergentes dos estudos de mobilidade social nos primeiros parágrafos do presente trabalho.

Brasil, dimensionando a intensidade e o padrão do processo nas duas tomadas de pesquisa (1982 e 1996). Em continuação, trata-se, em seções específicas, dos diferenciais de mobilidade intrageracional entre grupos sociodemográficos e socioeconômicos e entre regiões de residência/procedência migratória. A última seção, à guisa de conclusão, apresenta alguns tópicos de uma agenda de pesquisa orientada a aprofundar os estudos sobre a temática.

1 Aspectos metodológicos relevantes

Antes de passar às questões mais substantivas do trabalho, é importante justificar algumas decisões e procedimentos metodológicos adotados. Em primeiro lugar, vale esclarecer que a escolha das PNADs de 1982 e 1996 se justifica pelos resultados de uma avaliação da qualidade da declaração de informações retrospectivas nas edições em que a pesquisa teve encartado o suplemento sobre mobilidade social. As mudanças no sistema de classificação ocupacional do IBGE no período e, principalmente, a aparente inconsistência da informação captada sobre ocupação do pai e primeiro emprego do filho (no que diz respeito à diferenciação entre ocupações na agricultura – agricultor proprietário, agricultor conta própria e trabalhador rural) acabaram levando a descartar a pesquisa de 1976. A escolha do levantamento de 1982 em detrimento da PNAD de 1988 se pautou pela suposição – bastante plausível – de que os dados retrospectivos da primeira enquete estariam menos afetados pelas mudanças estruturais que a economia brasileira veio a passar nos anos 1980. Observe-se, porém, que os quesitos levantados nas duas pesquisas selecionadas não incorporam exatamente a mesma informação: em 1982 perguntou-se a primeira ocupação regular do indivíduo (e a de seu pai nesse momento); em 1996, levantou-se a primeira ocupação aos 15 anos ou após (e a correspondente ocupação paterna), o que poderia afetar as estimativas de mobilidade intrageracional se os critérios da pesquisa de 1982 fossem adotados.⁵

Considerando que as duas pesquisas usadas não levantaram informação retrospectiva sobre mobilidade social junto à totalidade da População Economicamente Ativa (PEA), mas ao segmento de chefes de domicílio, de 15 anos ou mais (além de cônjuges, no caso da PNAD de 1996), ocupados por ocasião da entrevista, decidiu-se tomar como unidade de análise no contexto deste trabalho os chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos, decisão essa que garante maior compatibilidade de resultados com os estudos clássicos referidos.

(5) A mobilidade ascendente poderia ser, por exemplo, mais baixa pelo fato de a inserção ocupacional aos 15 anos ser, em tese, em patamar mais alto do que aos 10 a 14 anos, diminuindo o espaço socioocupacional passível de ser percorrido, além de aumentar os riscos de descenso. Observe-se, porém, que pela escala socioocupacional usada neste trabalho – apresentada mais à frente –, os efeitos da diferença de protocolo de coleta de informação nas duas pesquisas devem ter impacto mínimo.

Vale fazer ainda um breve comentário sobre a escala socioocupacional empregada neste trabalho. Nos estudos de mobilidade social costuma-se identificar a inserção dos indivíduos na pirâmide social a partir da posição por eles desempenhada no mercado de trabalho – em termos da ocupação exercida, inserção no processo produtivo, posse ou não dos meios de produção ou qualificação adquirida. Mobilidade social designaria, pois, o movimento dos indivíduos ou famílias no interior do sistema de categorias socioprofissionais e, por extensão, do sistema de classes (Boudon & Bourricaud, 2001). Seja nas análises marxistas – em que as relações de classe estariam determinadas pelas relações de produção, manifestadas pela posse ou não dos meios de produção –, seja nas análises weberianas – em que a estrutura de classes resultaria das desigualdades de oportunidades dos indivíduos perante o mercado –, a ocupação se constituiria em um “constructo operacional” básico para identificação da posição dos indivíduos – e suas famílias – na pirâmide social (Jorrat, 1998 e Scalon, 1999).

Assim, em trabalho anterior (Jannuzzi, 2000b) propôs-se uma classificação ocupacional em cinco estratos, agregando as mais de 300 ocupações levantadas nas pesquisas do IBGE segundo medidas de status socioeconômico e indicadores de precarização calculados a partir do *Censo Demográfico* de 1980 e 1991 e PNADs dos anos 1990. O Quadro 1 ilustra resumidamente a escala socioocupacional proposta, com algumas ocupações típicas de cada estrato e a correspondente medida de status socioeconômico computada para 1991 – ISED (Índice Socioeconômico Distancial).⁶ Assim, para fins deste trabalho, as ocupações presentes no mercado de trabalho brasileiro estariam reunidas em cinco grandes grupos, um pouco à semelhança da proposta de estratificação socioocupacional da sociedade inglesa proposta por Goldthorpe (1987), guardadas, naturalmente, as devidas ressalvas de comparabilidade. Os cinco estratos socioocupacionais seriam: a elite de proprietários e profissionais de nível superior (estrato socioocupacional de alto status); o segmento de pequenos proprietários, chefes, supervisores, empregados qualificados de escritório e técnicos de média especialização na indústria e serviços (médio-alto status); o conjunto de ocupados no comércio, serviços e postos qualificados da indústria (médio status); o conjunto de empregados e autônomos na prestação de serviços de baixa qualificação,

(6) Essa medida corresponde ao escore fatorial da primeira componente obtida através da aplicação da análise de componentes principais sobre rendimento e escolaridade de cada ocupação. Como essas dimensões são, em geral, altamente correlacionadas, a primeira componente principal tem capacidade de representar a maior parte da variabilidade do conjunto de dados (em termos de rendimento e escolaridade entre as ocupações), o que garante o emprego dos escores referentes a cada ocupação como uma medida sintética das duas variáveis. Como os escores podem variar em um intervalo amplo, com valores positivos e negativos, mediante uma transformação matemática pôde-se fazê-los variar no intervalo entre 0 e 1 ou 0 e 100 como na presente situação. Vide Jannuzzi (2000b) para maiores detalhes da construção da escala socioocupacional.

construção civil e indústria tradicional (médio-baixo status); e, finalmente, as ocupações rurais e urbanas de baixa qualificação e/ou remuneração (estrato de baixo status). Embora não seja necessária a identificação entre “classe social” e “ocupação” no contexto deste trabalho – por sua preocupação maior com os impactos das mudanças da estrutura econômica sobre as possibilidades de mobilidade na estrutura de ocupações –, a escala desenvolvida pode ser adequada para uma estratificação social da população brasileira, como se requer implicitamente nos estudos de mobilidade intergeracional.

Quadro 1

Algumas ocupações típicas e indicador de status socioeconômico dos estratos socioocupacionais

Estrato socioocupacional	Ocupações típicas	ISED 91 média	ISED 91 desvio-padrão
1 Alto	Médicos, engenheiros, professores universitários, empresários, gerentes e postos superiores na administração pública (juizes, promotores, delegados, oficiais das Forças Armadas, etc.)	34,0	11,0
2 Médio-alto	Técnicos de contabilidade e administração, mestres e contramestres na indústria, professores de ensino fundamental e médio, corretores de imóveis, inspetores de polícia, carteiros, comerciantes (proprietários) e agricultores	20,0	4,0
3 Médio	Torneiros mecânicos, montadores de equipamentos elétricos, vendedores, operadores de caixa, comerciantes conta própria, professores de ensino pré-escolar, motoristas, inspetores de alunos, auxiliares de enfermagem, auxiliares administrativos e de escritório, policiais e praças das Forças Armadas	12,0	3,0
4 Médio-baixo	Ocupações da indústria de alimentos, ocupações da indústria têxtil, pedreiros, pintores, garçons, vigias, porteiros, estivadores, vendedores ambulantes	7,0	1,0
5 Baixo	Trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos (produtores meeiros ou parceiros), além das ocupações urbanas de baixo status como a de serventes de pedreiro, lavadeiras, empregados domésticos e lixeiros	3,0	1,0

Nota: ISED (Índice Socioeconômico Distancial) está multiplicado por 100.

Fonte: Jannuzzi (2000b).

Dois aspectos importantes diferenciam essa escala de outras classificações empregadas em estudos similares como os de Pastore (1979), Valle Silva (1981), Scalon (1999) e Pero (2001): o número mais restrito de categorias e a aglutinação das ocupações rurais com aquelas urbanas de baixo status em um mesmo estrato

socioocupacional. O emprego de cinco categorias socioocupacionais na escala a torna certamente menos sensível a movimentos para cima ou para baixo da estrutura socioocupacional, mas garante maior robustez analítica no tratamento de dados provenientes de pesquisas amostrais, como é o caso das fontes aqui usadas. Reunir trabalhadores rurais e produtores rurais autônomos com serventes de pedreiro, empregados domésticos e lixeiros em um mesmo grupo socioocupacional se justifica não apenas pela proximidade dos níveis médios de escolaridade e rendimento como também do padrão dos indicadores de precarização de inserção no mercado de trabalho, como o risco ao desemprego, rotatividade, grau de formalização da relação contratual e contribuição previdenciária, apresentados em Jannuzzi (2000b).

2 Mobilidade intergeracional no Brasil: níveis, padrões e tendências em 1982 e 1996

Como se observou na Introdução deste trabalho, os estudos sobre mobilidade social no Brasil têm mostrado de forma recorrente que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira no século XX foi acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente, em que pesem as diferentes classificações agregadas de ocupações, bases de dados ou contextos espaciais referidos. A análise da mobilidade social a partir dos dados das PNADs de 1982 e 1996, com a escala de cinco níveis apresentada, também se enquadra nessa situação. Afinal, como mostrado na Tabela 1, quase metade dos chefes de domicílios ascenderam para posições ocupacionais de maior status que seus pais ao longo do século passado, apontando um nível de mobilidade social muito similar ao identificado no estudo clássico de Pastore (1979).

Esse é um resultado um tanto surpreendente, já que se atribuía à mobilidade de curta distância dos trabalhadores rurais parcela significativa das cifras de mobilidade social apontadas pelo autor. Como observou Valle Silva (1981), por efeito de construção das escalas socioocupacionais, a mobilidade rural-urbana acabava significando automaticamente mobilidade social qualquer que fosse a ocupação que o trabalhador rural ou seu filho viesse a exercer na área urbana. Dadas a intensidade da migração rural-urbana, a separação entre ocupações rurais e urbanas, qualificadas ou não, nos níveis das escalas socioocupacionais empregadas, a vinda de trabalhadores rurais para os centros urbanos acabava tendo um papel decisivo sobre as cifras gerais de mobilidade. Contudo, mesmo com o emprego de uma escala socioocupacional em que a diferenciação rural/urbano não é usada de forma normativa na construção da escala – como a aqui usada, em que no piso da escala estão reunidas as ocupações rurais e urbanas de baixa qualificação e/ou remuneração –, as cifras de mobilidade social ascendente revelam-se bem elevadas.

Tabela 1
Indicadores da mobilidade social intergeracional
Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Estrato socioocupacional	1982				1996			
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média
Geral	49,1	42,5	8,4	3,7	47,6	41,0	11,4	3,8
Alto	–	41,2	58,8	-7,2	–	38,3	61,7	-9,7
Médio-alto	19,9	33,4	46,7	1,0	18,3	26,6	55,1	0,5
Médio	38,0	40,4	21,6	4,9	33,5	44,1	22,4	4,4
Médio-baixo	57,6	34,2	8,2	4,4	53,4	37,7	8,9	4,4
Baixo	54,7	45,3	–	4,2	57,0	43,0	–	4,9

Fonte: PNADS (1982, 1996) – Processamento próprio.

Assim, as cifras de mobilidade intergeracional no Brasil seriam explicadas não apenas pela mobilidade dos filhos de trabalhadores rurais, mas também pela mobilidade de outros trabalhadores oriundos de famílias com pais ocupados em postos de baixa qualificação/remuneração na zona urbana, que perfaziam volume majoritário da mão-de-obra brasileira 50 anos atrás. Pela escala socioocupacional aqui empregada, mais da metade dos chefes de domicílio – no levantamento de 1982 ou de 1996 – originários de famílias com pais classificados em ocupações de baixo e médio-baixo status ascenderam em relação aos mesmos. Além disso, vale observar que, se é verdade que a maior parte dessa mobilidade ascendente se deu para ocupações de níveis imediatamente acima das posições ocupadas por seus pais, como mostra a Tabela 2, não se pode deixar de observar que parcela significativa dos chefes alcançou postos ocupacionais de status socioeconômico no meio e topo da escala socioocupacional. Em 1996, entre os filhos de pais que eram trabalhadores rurais, serventes de pedreiro ou empregados domésticos (estrato baixo), por exemplo, 21% exerciam ocupações de médio status, como motoristas, comerciantes conta própria, mecânicos ou vendedores.

Como era de esperar, as cifras e matrizes de mobilidade intergeracional computadas para 1982 e 1996 são bastante próximas. Afinal, as amostras levantadas nas duas pesquisas referem-se a populações que têm em comum uma boa parcela de pais e filhos nascidos ao longo dos anos 1920 aos anos 1970. Naturalmente, em função da conjuntura menos favorável de criação de postos de trabalho nos anos 1990, pode-se observar um aumento da mobilidade descendente entre os dois levantamentos. De fato, essa tendência é confirmada pelo cômputo de taxas “padronizadas” de mobilidade, isto é, considerando o padrão de trocas entre estratos socioocupacionais em 1996, mas a estrutura ocupacional de 1982.⁷ Tal fato deve-se a um aumento significativo da mobilidade descendente de chefes oriundos dos estratos médios e superiores da pirâmide social. Entre esses, o risco

(7) A cifra padronizada de mobilidade ascendente para 1996 seria de 46,9%, mais baixa que a levantada em 1982, de 49,1%.

de não alcançar postos equivalentes aos exercidos pelos pais no momento dos levantamentos aumentou, assim como o risco de exercer uma ocupação de status socioeconômico mais baixo. As medidas de distância média percorrida⁸ para cada estrato socioocupacional trazem informação semelhante: filhos oriundos do estrato socioocupacional alto acabam ocupando postos de trabalho de status, em média, mais baixo que o de seus pais em 1996 (9,7 menor) do que em 1982 (7,2 menor). Já entre os chefes oriundos das classes baixas – de pais com ocupações de baixo status – houve até mesmo um pequeno aumento da parcela daqueles que conseguiram ascender socioocupacionalmente (57% em 1996 contra 55% em 1982 ou, em termos de distância média percorrida, 4,9 em 1996 contra 4,2 em 1982).

Tabela 2
Matriz da mobilidade social intergeracional
Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Estrato socioocupacional da ocupação do pai		Ocupação atual do chefe (%)					Total linha	Total
		Alto	Médio-alto	Médio	Médio-baixo	Baixo		
Alto	1982	41,2	26,7	18,5	10,3	3,3	100,0	3,5
	1996	38,3	25,8	24,0	8,7	3,2	100,0	4,0
Médio-alto	1982	19,9	33,4	24,5	13,1	9,1	100,0	6,6
	1996	18,3	26,6	29,0	15,0	11,6	100,0	7,4
Médio	1982	14,3	23,7	40,4	17,3	4,3	100,0	10,5
	1996	12,4	21,1	44,1	17,7	4,7	100,0	15,6
Médio-baixo	1982	8,7	17,0	31,9	34,2	8,3	100,0	12,3
	1996	6,8	12,2	34,4	37,7	8,9	100,0	14,8
Baixo	1982	2,3	7,5	18,6	26,4	45,3	100,0	67,1
	1996	2,9	7,5	21,0	25,5	43,0	100,0	58,2
Total	1982	6,8	12,7	22,9	24,9	32,6	100,0	100,0
	1996	7,5	12,5	27,3	24,7	28,0	100,0	-

Fonte: PNADs (1982, 1996) – Processamento próprio.

O efeito das transformações da estrutura ocupacional brasileira dos anos 1950 até final da década de 1970 sobre as possibilidades de mobilidade ascendente fica evidente pelos resultados mostrados na Tabela 3. Aqueles que ingressaram no mercado de trabalho nesse período tiveram maiores oportunidades de alcançar uma posição socioocupacional mais elevada que a de seus pais, seja pelas oportunidades criadas nos setores industriais, administração pública ou comércio, seja pela posição menos avantajada dos seus pais, na sua maior parte (dois terços dos mesmos) trabalhadores rurais ou trabalhadores urbanos de baixa qualificação. Assim, pela PNAD de 1996, as coortes de indivíduos que ingressaram no mercado

(8) Essa medida foi calculada como a média das diferenças entre os ISEDS das ocupações de pai e filho (que variam de 0 a 100). Sua interpretação como distância social percorrida advém do fato de que se a distância média for negativa, a ocupação do filho apresentou um ISED menor que o do pai; se positiva, o filho alcançou uma posição ocupacional de maior status que a do pai.

de trabalho por ocasião do Milagre Econômico (1966-1975), teriam logrado em sua maioria ascender em relação aos pais. Naturalmente que há também nesses casos o efeito do alcance da maturidade profissional desses indivíduos já que, em 1996, teriam por volta de 40 anos.⁹

Tabela 3
Indicadores da mobilidade social intergeracional segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho
Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	1982				1996			
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média
Geral	49,1	42,5	8,4	3,7	47,6	41,0	11,4	3,8
1990-1996	–	–	–	–	29,6	50,9	19,5	0,8
1983-1989	–	–	–	–	41,7	42,9	15,4	2,3
1976-1982	35,5	50,9	13,7	1,5	47,5	39,2	13,3	3,6
1966-1975	49,9	40,1	10,0	3,5	52,2	37,3	10,5	4,5
1956-1965	53,0	38,9	8,1	4,4	51,1	40,2	8,7	4,7
1946-1955	51,2	41,2	7,6	4,0	45,1	46,4	8,5	3,6
1936-1945	44,9	48,1	7,0	3,4	32,5	57,7	9,8	2,2
1923-1935	33,2	59,5	7,3	2,1	–	–	–	–

Fonte: PNADS (1982, 1996) – Processamento próprio.

3 Mobilidade intrageracional no Brasil: níveis, padrões e tendências em 1982 e 1996

Como mostrado por Valle Silva (1981), as elevadas cifras de mobilidade social entre gerações de pais e filhos no Brasil podem ser interpretadas como resultado da mobilidade de carreira desses últimos. Assim, como conseqüência das mudanças estruturais da economia brasileira no pós-guerra, da migração rural urbana e da ampliação das oportunidades educacionais, a maior parte da mão-de-obra teria conseguido alcançar postos de trabalho de melhor remuneração e/ou status ao longo da vida profissional, pelo menos até início dos anos 1980, como mostram as cifras de mobilidade da PNAD de 1982 na Tabela 4. Por essa pesquisa, cerca de 52% dos chefes de domicílio do sexo masculino teriam conseguido ascender a postos de trabalho de melhor remuneração e/ou qualificação durante sua trajetória profissional, 44% teriam ficado em ocupações de status semelhante ao do primeiro emprego e uma parcela de apenas 4% teria transitado para posições socioocupacionais menos favoráveis.

(9) Há que se considerar, naturalmente, que a mobilidade social mais restrita das gerações mais novas se explica também pelo tempo menor de experiência e de progressão no trabalho e ao patamar mais elevado do primeiro emprego exercido.

Contudo, os resultados levantados 14 anos depois pela PNAD de 1996 mostram que a conjuntura crescentemente desfavorável do mercado de trabalho a partir dos anos 1980 – ainda que com interregnos de recuperação dos níveis de emprego e renda – refletiu-se de forma significativa sobre as possibilidades de mobilidade de carreira do pessoal ocupado no Brasil. De fato, em 1996, a parcela daqueles que lograram ascender em relação à primeira ocupação foi de 41%, bem inferior aos 52% identificados em 1982.¹⁰ Ou ainda, avaliando de outra forma, observa-se que, em 1996, cerca de 13% dos chefes de domicílio haviam apresentado descenso socioocupacional em relação à primeira ocupação, cifra quatro vezes maior que em 1982. A distância média percorrida também corrobora a assertiva acima: passou de 4,1 pontos (em 100) em 1982 para menos da metade (1,7) em 1996.

Tabela 4
Indicadores da mobilidade social intrageracional
Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Estrato socioocupacional	1982				1996			
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média
Geral	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
Alto	–	81,0	19,0	-2,1	–	55,4	44,6	-7,7
Médio-alto	28,9	44,1	27,0	2,3	20,4	34,9	44,7	-1,8
Médio	42,0	42,3	15,7	2,7	27,3	50,6	22,1	2,0
Médio-baixo	62,9	31,8	5,3	5,4	43,9	44,5	11,6	3,1
Baixo	53,1	46,9	–	4,3	55,2	44,8	–	4,5

Fonte: PNADS (1982, 1996) – Processamento próprio.

Essa mudança de padrão de mobilidade social foi particularmente intensa entre os indivíduos que iniciaram suas carreiras em ocupações mais qualificadas: entre o conjunto de profissionais universitários, grandes proprietários e administradores, os riscos de descenso socioocupacional em relação ao primeiro trabalho passaram de 19% para quase 45%, ou, de forma equivalente, as chances de se manter no estrato socioocupacional mais alto caíram de 81% para 55%. Como mostra a Matriz de Mobilidade Intrageracional (Tabela 5), manter-se em uma ocupação de mesmo nível de status passou a ser mais difícil em 1996 do que em 1982 (vide as células na diagonal principal); subir na escala, mais difícil ainda.

Entre aqueles indivíduos que iniciaram a carreira profissional como técnicos, bancários, mestres, pequenos comerciantes e outras ocupações de médio-alto status, o quadro também foi desalentador, com aumento da insegurança e dos riscos de não conseguirem retomar um posto de trabalho de status equivalente. A

(10) A taxa padronizada de mobilidade ascendente de 1996 seria de 39%, confirmando a mudança na estrutura de chances relativas de mobilidade dos chefes no período.

situação não foi diferente entre os demais trabalhadores urbanos com algum grau de qualificação, mostrando a interrupção do processo virtuoso – ainda que restrito e desigual – de formação das classes médias brasileiras. Somente os trabalhadores rurais e urbanos não qualificados parecem ter desfrutado das oportunidades criadas no período, posicionadas na sua maioria nos estratos socioocupacionais de médio e médio-baixo status. Pelo levantamento de 1996, 55% dos chefes que ingressaram no mercado de trabalho em postos de baixo status conseguiram ascender em suas carreiras, cifra ligeiramente superior aos 53% apontados pela PNAD de 1982. Enfim, de modo geral, “subir na vida” ficou mais difícil e, quando possível, para ocupações de status ainda mais próximo. Cresceram as possibilidades no período de perder o emprego ou de acabar ocupando postos de trabalho de status mais baixos e distantes.

Tabela 5
Matriz da mobilidade social intrageracional
Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Estrato sócio-ocupacional da primeira ocupação		Ocupação atual do chefe					Total linha	Total
		Alto	Médio-alto	Médio	Médio-baixo	Baixo		
Alto	1982	81,0	12,9	3,3	2,2	0,6	100,0	0,9
	1996	55,4	25,9	13,0	4,0	1,8	100,0	2,9
Médio-alto	1982	28,9	44,1	15,4	9,7	1,8	100,0	2,4
	1996	20,4	34,9	27,5	10,3	6,9	100,0	6,6
Médio	1982	16,1	25,9	42,3	13,0	2,7	100,0	14,2
	1996	9,5	17,8	50,6	16,7	5,4	100,0	25,6
Médio-baixo	1982	11,4	19,3	32,1	31,8	5,3	100,0	15,7
	1996	5,6	10,2	28,3	44,5	11,6	100,0	23,4
Baixo	1982	2,0	7,3	17,1	26,7	46,9	100,0	66,8
	1996	2,1	6,2	18,8	28,0	44,8	100,0	41,7
Total	1982	6,9	12,7	22,9	24,9	32,6	100,0	100,0
	1996	7,5	12,6	29,5	27,1	23,3	100,0	-

Fonte: PNADS (1982, 1996) – Processamento próprio.

Como adiantado anteriormente, os indivíduos que vieram a ingressar no mercado de trabalho dos anos 1950 até final dos anos 1970 conseguiram atingir maior mobilidade na carreira, mas também ficaram expostos aos riscos do descenso socioocupacional com a crise e instabilidade a partir dos anos 1980, como se pode verificar na Tabela 6. Pelo levantamento de 1982, dos indivíduos que ingressaram entre 1966 e 1975, 53% haviam conseguido alcançar postos de trabalho de status mais elevado que o primeiro ocupado, cifra que se explica pelo pujante aumento da oferta de vagas na indústria e em outros setores de atividade no Milagre Econômico, como também pela valorização da qualificação adquirida ao longo da trajetória profissional. Em 1996, uma parcela menor (44%) da coorte

equivalente de indivíduos havia conseguido ascender a postos de trabalho de maior status socioeconômico, evidenciando o aumento dos riscos de descenso da conjuntura pós-1980.

Tabela 6
Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo coortes de ingresso no mercado de trabalho
Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Coorte de ingresso no mercado de trabalho	1982				1996			
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média
Geral	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
1990-1996	–	–	–	–	33,4	54,0	12,5	1,6
1983-1989	–	–	–	–	39,1	47,3	13,6	2,1
1976-1982	37,6	54,8	7,6	2,1	42,0	44,8	13,2	2,7
1966-1975	53,0	42,2	4,9	3,9	44,3	43,5	12,2	3,1
1956-1965	55,6	40,7	3,7	4,6	42,4	45,8	11,8	3,1
1946-1955	53,7	42,8	3,5	4,4	39,2	48,8	12,0	2,5
1936-1945	48,6	48,5	2,9	4,1	30,5	54,7	14,7	1,3
1923-1935	36,3	60,9	2,9	3,1	–	–	–	–

Fonte: PNADS (1982, 1996) – Processamento próprio.

4 A mobilidade social segundo grupos sociodemográficos

Corroborando parte dos resultados de análises anteriores (Caillaux, 1994 e Jannuzzi, 2000a), mulheres, negros, mais jovens e menos escolarizados são os grupos sociodemográficos com mobilidade social ascendente mais baixa em uma perspectiva comparativa (Tabela 7). Em contrapartida, homens, brancos e amarelos, mais escolarizados e indivíduos em idades maduras do ciclo de vida são aqueles com mobilidade de carreira mais elevada. De modo geral, esses diferenciais se mantêm nos dois levantamentos (1982 e 1996), com a já apontada mudança das cifras de mobilidade (diminuição da mobilidade ascendente e aumento da imobilidade e mobilidade descendente). Algumas alterações foram muito expressivas como, por exemplo a diminuição da mobilidade ascendente dos indivíduos com escolaridade básica completa (de 69,4% para 48,5% entre 1982 e 1996) e dos indivíduos de ascendência oriental (de 77,4% para 46% no período).

Esses resultados evidenciam de forma muito clara a diminuição das chances de ascensão socioocupacional que o diploma do ensino básico ou superior antes parecia garantir. Aliás, essas evidências mostram quão limitado tem sido o impacto da ampliação da oferta educacional no país na superação das desigualdades sociais. Na realidade, os condicionantes específicos da inserção ocupacional e as barreiras discriminatórias à progressão profissional dos indivíduos de cada grupo sociodemográfico mantiveram-se aparentemente muito

presentes no período. De fato, é o que outros estudos no campo do Trabalho e Gênero, Trabalho e Raça e Renda e Pobreza vêm regularmente apontando. Afinal, como explicar que chefes mulheres apresentem um nível tão marcadamente descendente em 1996 (21% de mobilidade descendente, contra 13% dos chefes homens), em um momento de ingresso crescente das mulheres em diversas modalidades de trabalho? O aumento de parcelas de empregadas domésticas no mercado de trabalho urbano oriundas de postos de trabalho mais qualificados nos Serviços e Comércio poderia ser uma das explicações plausíveis, que a matriz específica de trocas socioocupacionais parece referendar. Outro fator a atuar contra a mobilidade ascendente das mulheres é a necessidade de boa parte delas ter que interromper – voluntariamente ou não – a vida profissional em função das “obrigações maternas”, de reprodução e criação dos filhos, ou ser preterida nas oportunidades de promoção e chefia.

Tabela 7
Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo atributos sociodemográficos
Chefes de domicílio de 15 a 74 anos – Brasil 1982 e 1996

Grupo sociodemográfico	1982				1996			
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	Distância média
Geral	52,0	44,1	3,9	4,1	41,5	45,9	12,6	1,7
Mulheres ⁽¹⁾	42,4	50,9	6,7	2,5	30,4	48,6	21,0	1,9
15-21 anos	37,6	54,8	7,6	2,1	33,4	54,0	12,5	1,6
22-31 anos	53,0	42,2	4,8	3,9	40,1	46,7	13,2	2,3
32-41 anos	55,6	40,7	3,7	4,6	43,2	43,8	13,0	2,9
42-51 anos	53,7	42,8	3,5	4,4	44,1	44,5	11,4	3,3
52-61 anos	48,6	48,5	2,9	4,1	40,0	47,7	12,3	2,7
62-74 anos	36,3	60,9	2,8	3,1	34,5	52,4	13,1	1,9
Escol. < 1 ano	31,3	66,9	1,8	2,2	29,2	61,3	9,5	1,3
Escol. 1 a 3 anos	50,9	46,1	3,0	3,5	38,3	50,3	11,4	2,0
Escol. 4 a 7 anos	60,3	34,1	5,6	4,2	42,2	44,7	13,1	2,3
Escol. 8 + anos	69,4	25,2	5,4	7,5	48,5	37,4	14,1	4,3
Escol. 15 + anos	–	–	–	–	56,8	31,8	11,4	8,9
Branco	57,0	39,0	4,0	4,8	45,4	42,8	11,8	3,4
Pretos	41,8	54,2	4,0	2,6	33,0	52,4	14,6	1,5
Pardos	44,3	52,0	3,7	3,1	36,4	50,1	13,4	1,9
Amarelos	77,4	17,4	5,1	8,3	46,0	38,3	15,7	4,1

Nota: ⁽¹⁾ Este é o único grupo em que se considerou o conjunto de chefes mulheres na computação dos indicadores de mobilidade.

Fonte: PNADS (1982, 1996) – Processamento próprio.

A discriminação na contratação, promoção e alocação em postos de chefia é também fator limitador da mobilidade ascendente de pretos e pardos, barreiras
Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 255-278, jul./dez. 2002.

essas que também não parecem ter se arrefecido. Afinal pode-se verificar um aumento da parcela de chefes negros que não conseguiram manter um posto de trabalho com nível de status equivalente ou superior em relação ao primeiro desempenhado nas duas tomadas de pesquisa: entre pretos, em 1982, a mobilidade descendente atingia cerca de 4% dos chefes, mesmo percentual que chefes brancos; em 1996, a cifra equivalente aumentou para quase 15% entre os primeiros, mais do que o apurado entre os brancos (12%).

Esse padrão mais restritivo de mobilidade entre os negros deve-se também ao fato de que boa parcela não dispõe das credenciais educacionais que o mercado contratante exigia e passou a demandar mais recentemente. De fato, como já se observou, ter o ensino fundamental completo continua garantindo maiores chances de ascender na carreira ou, pelo menos, manter-se em ocupações de status equivalente. A elevada imobilidade na carreira de jovens (54% entre aqueles chefes de 15 a 21 anos) também pode ser explicada por esse motivo, além do fato de estarem nos estágios mais precoces da vida profissional.

A baixa escolaridade não foi, contudo, fator limitante para a ascensão de trabalhadores provenientes – em termos da primeira ocupação – da Agropecuária, pelo menos para ocupações situadas nos níveis médio e médio-baixo de status. Cerca de 50% desses trabalhadores vieram a ascender em termos socioocupacionais ao longo dos últimos 50 anos, como mostra a Tabela 8. Processo parecido se deu entre indivíduos que ingressaram no mercado de trabalho como Pedreiros, Serventes de Pedreiro e outras ocupações da Construção Civil, já que quase 43% dos mesmos vieram a ascender em termos socioocupacionais. Se a expansão das ocupações urbanas de média qualificação proporcionou as oportunidades de mobilidade ocupacional ascendente para esses segmentos profissionais, o corte de postos de trabalho na Indústria acabou atuando no sentido contrário: 20% daqueles que iniciaram carreira em ocupações industriais acabaram ocupando postos de trabalho de status inferior, nos subsetores dos Serviços e Comércio, cifra bem mais elevada que a média já apontada (13%).

A elevada cifra de mobilidade ascendente (45,2%) dos empregados sem carteira está, com certeza, associada à mobilidade já descrita dos trabalhadores rurais e da Construção Civil, e contrasta fortemente com o padrão identificado entre aqueles que iniciaram suas carreiras como os empregadores. Entre esses últimos, 52% vieram a descer na escala socioocupacional, vindo a se empregar como conta própria ou empregado.¹¹ É interessante observar que boa parcela (28%) dos indivíduos que iniciaram carreira como Funcionários Públicos (ou militares) acabou não se mantendo em postos dessa natureza, vindo a cair em termos socioocupacionais.

(11) A magnitude dessa cifra parece plausível com as propaladas estatísticas de mortalidade de pequenas e médias empresas no país.

O curioso é que aqueles que estavam empregados na Administração Pública em 1996 estavam entre os de maior mobilidade ascendente, assim como aqueles empregados nos Serviços Auxiliares ou Serviços Sociais. Estes talvez sejam casos onde os investimentos individuais em educação fizeram grande diferença para a ascensão profissional, reduzindo os riscos de descenso e principalmente da imobilidade socioocupacional na carreira. No caso específico da Administração Pública, o aparente paradoxo pode ser interpretado pela conjugação de dois processos diversos: por um lado, os cortes de pessoal no setor público, atingindo postos de menor qualificação, substituídos por funcionários de empresas terceirizadas; de outro, a estabilidade de carreira e mecanismos de ingresso e promoção baseados, após 1988, em concursos públicos e avaliações de méritos.

Tabela 8
Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo características do trabalho inicial ou atual
Chefes de domicílio de 15 a 74 anos – Brasil 1996

Característica do primeiro trabalho	1996			Distância média
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	
Geral	41,5	45,9	12,6	1,7
Primeira ocupação na				
Agropecuária	50,4	46,7	2,9	4,2
Indústria Transformação	34,5	45,1	20,4	1,4
Construção Civil	42,7	47,0	10,3	1,4
Comércio	38,3	42,2	19,5	2,8
Primeira ocupação como				
Empregado com carteira	32,9	48,5	18,6	1,5
Funcionário público	29,1	42,8	28,1	-1,5
Empregado sem carteira	45,2	44,4	10,4	3,2
Conta própria	39,9	49,9	10,2	2,9
Empregador	15,2	32,5	52,3	-2,5
Ocupação atual nos				
Serviços Auxiliares	60,5	28,2	11,3	8,4
Administração Pública	60,5	32,6	6,8	7,4
Serviços Sociais	57,4	32,9	9,7	7,4
Prestação Serviços	46,3	40,7	13,0	2,1

Fonte: PNAD (1996) – Processamento próprio.

5 A mobilidade social segundo regiões, origens e destinos migratórios

Ante os sinais de mudança das condições estruturais de mobilidade social nos anos 1980, Pastore (1986) sugeriu que as possibilidades de ascensão socioocupacional ainda se encontrariam em alguns bolsões de expansão econômica em meio à crise, em direção ao Centro-Oeste, Centro-Norte, interior paulista, Minas Gerais e algumas capitais do Nordeste. Pela oferta de postos de

trabalho e diversificação da estrutura ocupacional nessas localidades, a população natural e migrante desfrutaria de condições estruturalmente muito melhores para fugir do desemprego, da imobilidade ou descenso socioocupacional, que já assolava parcelas crescentes da mão-de-obra na Região Metropolitana de São Paulo e outros centros tradicionais de atração migratória no país.

Como vastamente documentado, depois de longo processo de concentração espacial da atividade industrial e econômica na Região Metropolitana de São Paulo, passou-se a vivenciar um processo de desconcentração da atividade produtiva no país a partir dos anos 1970, como resultado de ampliação da infra-estrutura de transporte (rodovias, ferrovias e hidrovias) e comunicações, de incentivos fiscais, investimentos governamentais diretos, estratégias locais de grandes grupos empresariais e aumento das deseconomias de aglomeração nos grandes centros urbanos como os custos de terreno, dos salários, do controle ambiental, a combatividade sindical. Em contrapartida, como documenta Pacheco (1998), ao longo das duas últimas décadas do século XX presenciaram-se transformações econômicas em diversos pontos do território nacional, de Norte a Sul do país.¹²

Pelas informações disponíveis até o momento não é possível verificar se essas regiões mais dinâmicas vieram a se constituir de fato nos “eldorados” de mobilidade socioocupacional ascendente, pelo dinamismo na oferta de postos de trabalho e pela diversificação da estrutura ocupacional. O plano amostral da PNAD não prevê a desagregação espacial além dos recortes regionais em escala metropolitana, urbana e rural. Assim, essa hipótese só poderá ser testada de forma indireta, com os dados definitivos do *Censo Demográfico 2000*.¹³

No nível de desagregação espacial comportado pela pesquisa, nota-se que os estados do Sul e o interior de São Paulo parecem ter oferecido as condições estruturais mais propícias para mobilidade socioocupacional ascendente (e para evitar os riscos do descenso) nas últimas décadas no país (Tabela 9). Metade dos

(12) Entre essas transformações, vale citar o fortalecimento/promoção de culturas de exportação – laranja no interior paulista, a soja no Centro-Oeste e soja no Cerrado Central –, os incentivos à produção de cana-de-açúcar (nos anos 1980 em função do Proálcool, depois pela valorização do açúcar no mercado internacional), a implantação da agricultura irrigada às margens do Rio São Francisco, a articulação em cadeia produtiva agroindustrial em Santa Catarina, o desenvolvimento da Indústria de Material de Transportes nos estados do Sul e mais recentemente no Rio de Janeiro, o florescimento da indústria têxtil no Ceará, a implantação da indústria química e petroquímica de Camaçari na Bahia, a maturação – e depois descenso – da indústria eletroeletrônica na Zona Franca de Manaus, a produção mineral e siderúrgica no Pará e Maranhão, a consolidação da região de Campinas, São José dos Campos e Sul de Minas como pólos da indústria de ponta (telecomunicações, informática, química fina), a recuperação econômica dos municípios fluminenses pelos *royalties* do petróleo da bacia de Campos, a consolidação do turismo como fator de desenvolvimento regional no Nordeste e em diversos balneários do Centro-Sul.

(13) Com acesso aos dados definitivos do *Censo 2000*, a idéia é analisar as mudanças das estruturas socioocupacionais de cada microrregião entre 1980 e 2000, e as associações com a base produtiva e evolução do PIB microrregional.

chefes residentes no Sul e nas cidades mais populosas do interior paulista conseguiu ascender em termos socioocupacionais, cifra significativamente mais elevada que a média identificada para o conjunto de chefes de domicílio no país em 1996 (41,5%). Outras regiões onde o dinamismo econômico possibilitou a incorporação de mão-de-obra em bases relativamente melhores parecem ter sido as cidades médias paulistas e as localidades urbanas da Região Norte (certamente Manaus e possivelmente Belém e outras capitais da região). Nas demais localidades analisadas, as chances de mobilidade ascendente de carreira são próximas à média nacional ou abaixo dela. No caso da Região Metropolitana de São Paulo, os 15% de chefes com mobilidade descendente constituem mais um indicador da conjuntura difícil do mercado de trabalho regional nas duas últimas décadas, especialmente quando comparadas com as cifras anteriores apresentadas em Pastore (1979). É um tanto surpreendente que Brasília não tenha se constituído em bolsão de mobilidade ascendente no período, seja pela oferta de postos na Administração Pública, seja pelo baixo status socioocupacional de amplo contingente de migrantes que para lá ocorreram, trabalhadores de enxada do Nordeste rural.

Tabela 9
Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo residência
Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1996

Localidade de residência	1996			Distância média
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	
Geral	41,5	45,9	12,6	1,7
Residentes no Estado SP	45,3	41,9	12,8	3,1
Residentes na RMSP	42,3	42,7	15,0	2,6
Residentes nas cidades + populosas SP ⁽¹⁾	49,7	39,8	10,5	3,9
Residentes nas cidades - populosas SP ⁽¹⁾	46,5	42,0	11,6	3,2
Residentes nos Estados de MG e ES	36,4	50,0	13,6	2,2
Residentes no Estado RJ	34,8	49,7	15,5	1,8
Residentes na RMRJ	32,9	51,0	16,1	1,6
Residentes no Centro-Oeste	39,6	46,0	14,4	2,5
Residentes no DF	35,6	51,2	13,2	2,9
Residentes no Sul	50,0	41,4	8,6	4,1
Residentes no Nordeste	35,3	51,2	13,5	1,9
Residentes no NE metropolitano	39,4	46,9	13,7	2,2
Residentes no NE cidades – populosas ⁽¹⁾	30,1	56,2	13,7	1,3
Residentes no NE rural	19,1	67,6	13,2	0,3
Residentes no Norte urbano	43,8	41,6	14,6	2,6

⁽¹⁾ Cidades mais populosas correspondem àquelas auto-representativas na amostra da PNAD e as cidades menos populosas são as não auto-representativas.

Fonte: PNAD (1996) – Processamento próprio.

Desse segmento de trabalhadores, melhor “sorte” tiveram aqueles que se dirigiram para o Estado de São Paulo, pela possibilidade de se inserir em postos de baixa qualificação na Construção Civil e Serviços Domésticos e depois em ocupações no Comércio, Indústria e até mesmo em Serviços Sociais e Administração Pública (Jannuzzi, 2000a). Como mostram os indicadores de mobilidade da Tabela 10, os migrantes nordestinos que vieram para São Paulo conseguiram, em média, maiores chances de ascender na carreira, sobretudo os que se fixaram no interior do Estado, pelo dinamismo econômico-regional lá observado. Pelo que mostram esses resultados, as iniciativas de desenvolvimento econômico microrregional no Nordeste, pelo turismo nas capitais, pela fruticultura no São Francisco, pelo pólo petroquímico de Camaçari, pelo complexo têxtil do Ceará tiveram resultados muito restritos em termos de ampliação direta e indireta de postos de trabalho e diversificação da estrutura ocupacional, com baixo impacto na criação de oportunidades de mobilidade ascendente.

Tabela 10
Indicadores da mobilidade social intrageracional segundo tempo/procedência
Chefes de domicílio homens de 15 a 74 anos – Brasil 1996

Localidade de procedência	1996			Distância média
	% Mobil. ascendente	% Imobilidade	% Mobil. descendente	
Geral	41,5	45,9	12,6	1,7
Chefes que nunca moraram em outro estado	41,5	46,3	12,3	2,8
Migrantes interestaduais residentes há até 4 anos	33,4	49,7	16,9	1,8
Migrantes interestaduais residentes de 5 a 9 anos	36,7	45,6	17,7	2,7
Migrantes interestaduais residentes há + de 10 anos	45,1	41,2	13,7	3,1
Nascidos no NE e residentes na RMSP	40,7	45,5	13,8	2,0
Nascidos no NE e residentes no Interior SP	44,7	48,3	7,0	3,1
Nascidos no NE e residentes fora Estado SP	35,8	51,0	13,2	1,9
Nascidos no NE e residentes no Sudeste exceto SP	39,8	46,5	13,6	2,2
Nascidos no NE e residentes no C.-Oeste/Norte urb.	36,2	52,1	11,7	1,7
Nascidos no NE e residentes no DF	32,5	54,7	12,8	2,1
Nascidos e sempre residentes no NE	34,0	53,6	12,4	1,8
Nascidos e residentes no NE, já moraram outra UF	37,8	45,7	16,5	1,9
Nascidos no NE e residentes no NE metropolitano	39,1	47,3	13,6	2,2
Nascidos no NE e residentes fora NE	40,8	47,3	11,8	2,3
Nascidos no Sul e residentes no C.-Oeste/Norte urb.	56,8	30,1	13,1	4,8
Nascidos no Sul e residentes fora Sul	49,1	36,6	14,3	3,6

Fonte: PNAD (1996) – Processamento próprio.

A migração de sulistas para a fronteira agrícola Centro-Oeste e Região Norte foi, ao contrário, mais bem-sucedida como estratégia de mobilidade socioocupacional. Trabalhadores rurais e proprietários autônomos nas localidades de origem (ou como filhos desses), esses migrantes conseguiram se tornar

proprietários agrícolas ou se inserir em ocupações urbanas de maior status, à medida que os centros urbanos da região iam se formando e exigindo mão-de-obra nas atividades de Comércio, Serviços Sociais e Administração Pública.

Sem dúvida, esses resultados mostram que a interpretação da migração como estratégia de mobilidade socioocupacional de distintos grupos sociodemográficos, mobilizados pela evolução diferenciada do desenvolvimento econômico entre regiões e momentos históricos, parece estruturar um programa de pesquisa profícuo – no sentido lakatiano do termo – para se entenderem os processos migratórios de longa distância no passado e presente no país, da migração de trabalhadores rurais para as cidades, a migração de profissionais qualificados ou ainda a migração de trabalhadores oriundos de setores econômicos em reestruturação.

6 À guisa de conclusão: uma agenda para novos estudos

Como se procurou mostrar neste estudo, as condições estruturais que possibilitaram a ascensão socioocupacional de boa parte da força de trabalho na formação da sociedade urbano-industrial brasileira perderam a força mobilizadora do passado. O mercado de trabalho brasileiro que vinha se estruturando em bases mais modernas até os anos 1970 – ainda que em ritmo insuficiente para incorporar boa parte da mão-de-obra proveniente do campo – passou a sofrer as agruras da perda do dinamismo industrial, reveladas através do aumento dos níveis de desemprego, da precarização das relações do trabalho e da mobilidade descendente – como aqui mostrado.

Se é fato que os resultados aqui apresentados reproduzem achados já apontados por vários outros trabalhos sobre mobilidade social no país, elaborados a partir de outras bases de dados ou classificações ocupacionais, vale ressaltar que também trouxeram evidências empíricas novas sobre processos de mobilidade social de grupos sociodemográficos e em regiões específicas. Há certamente muito por ser aprofundar nesses estudos, como a análise do papel do emprego público, da expansão dos Serviços Sociais e Auxiliares como mecanismo de mobilidade; a mobilidade dos filhos da classe média; a mobilidade de alguns grupos ocupacionais bem delimitados (como Trabalhadores Rurais, Serventes de Pedreiro, Empregados Domésticos, Motoristas, Torneiros Mecânicos, etc.), ou ainda a verificação da constância temporal do padrão de rigidez social, das barreiras de mobilidade manual/não manual, entre outros temas.

Contudo, para se avançar nesses temas é necessário dispor-se de informações mais abrangentes sobre a trajetória ocupacional dos indivíduos – e não apenas de chefes e cônjuges – cobrindo um período maior da vida profissional, além da primeira ocupação e a mais atual, incluindo também as

transições de e para a desocupação e inatividade. Também seria importante mapear, concomitantemente, a trajetória migratória dos indivíduos nos momentos de registro da ocupação.¹⁴

Assim, o próximo suplemento de mobilidade social na PNAD deveria ser, na realidade, um suplemento sobre mobilidade ocupacional e migração, extensivo à totalidade ou uma subamostra da população em idade ativa investigada, e não restrito a chefes ou cônjuges ocupados. A fim de tornar este levantamento operacionalmente mais rápido, talvez se pudesse limitar o número de etapas migratórias ou transições ocupacionais ou, melhor ainda, delimitar um período de tempo a partir do qual o histórico ocupacional e migratório seria registrado, tal como realizado na pesquisa de campo descrita em Patarra et al. (1997). Seria muito oportuno dispor de um levantamento retrospectivo dessa natureza que cobrisse as décadas de 1980 e 1990, pelas transformações vivenciadas em termos do mercado de trabalho e da dinâmica migratória no Brasil. Tal levantamento certamente incorporaria um rico acervo de evidências empíricas para entendimento e caracterização das mudanças do padrão de mobilidade social que a sociedade brasileira vem vivenciando neste novo século.

Bibliografia referida

ANDRADE, F. C. D. Mobilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte. *Nova Economia*, n. especial, p. 109-159, 1995.

_____. A evolução da mobilidade social em cinco regiões metropolitanas brasileiras, 1988 e 1996. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2000. (CD-Rom).

BALTAR, P. E. A., DEDECCA, C. S., HENRIQUE, W. Mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B., MATTOSO, J. E. L. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1997. p. 87-108.

BOUDON, R., BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 2001.

CAILLAUX, E. L. Cor e mobilidade social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 26, p. 53-66, 1994.

CASTRO, M. G. et al. O processo de inserção do migrante na sociedade urbano-industrial. In: MOURA, Hélio (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980. p. 871-906.

CASTRO, N. A Trabalho e organização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, p. 116-132, 1994.

(14) Embora a PNAD de 1996 dispusesse de um conjunto mais amplo de informações sobre migração que as anteriores em que o suplemento de mobilidade social foi encartado, as possibilidades de articulação da trajetória migratória (UF de nascimento ou de última etapa) com a ocupação exercida (primeira ou atual) são muito limitadas.

- FARIA, V. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In: BACHA, E., KLEIN, H. (Org.). *A transição incompleta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. 1, p. 75-112.
- GOLDTHORPE, J. H. *Social mobility and class structure in modern Britain*. New York: Oxford University Press, 1987.
- IBGE. *Força de trabalho no Brasil: uma análise de mobilidade ocupacional*. Rio de Janeiro, 1982.
- JANNUZZI, P. M. Mobilidade social e migração no Brasil: ensaio bibliográfico e tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1/2, p. 55-82, 1999.
- _____. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, Autores Associados/FAPESP, 2000a.
- _____. Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos 90. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 216, p. 47-74, 2000b.
- JORRAT, J. R. Modelos predominantes de estructura de clases y su rendimiento empírico: un estudio del Área Metropolitana de Buenos Aires. *Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, v. 16, p. 3-48, 1998.
- HASENBALG, C., VALLE SILVA, N. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vertice, 1988.
- MARTINE, G., PELIANO, J. C. *Migrantes no mercado de trabalho metropolitano*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Série Estudos para o Planejamento, n. 19).
- MATTOSO, J. E. L., BALTAR, P. E. A. *Transformações estruturais e emprego nos anos 90*. Campinas: Unicamp. IE. Cesit, 1996. (Cadernos do Cesit, n. 21).
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Unicamp. IE, 1998.
- PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1979.
- _____. Mobilidade social sob condições de segmentação de mercado no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 21-42, 1981.
- _____. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: BACHA, E., KLEIN, H. *A transição incompleta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 31-59.
- _____, HALLER, A. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: ALBUQUERQUE, R., VELLOSO, J.P.R. (Org.). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, 1993. p. 25-52.
- _____, VALLE SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.
- PATARRA, N. et al. (Org.). *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: 1980-1993*. Campinas: Unicamp. IE/FAPESP, 1997.
- PERO, V. Et à Rio, plus ça reste le même... *Tendências da mobilidade social intergeracional no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2001. (Mimeogr.).

- QUADROS, W. J. A reestruturação das empresas e o emprego da classe média. In: OLIVEIRA, C. E. B., MATTOSO, J. E. L. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1997. p. 171-188.
- RIBEIRO, C. A. C., SCALON, M. C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001.
- SABÓIA, J. Mercado de trabalho no Brasil – evolução e tendências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4, maio 1995, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABET, 1995. p. 1.123-1.148.
- SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999.
- VALLE SILVA, N. *Posição social das ocupações*. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. (Mimeogr.).
- _____. As duas faces da mobilidade. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 21, pp. 49-67, 1979.
- _____. Independência, quase independência e mobilidade social no Brasil. Rio de Janeiro: LNCC, 1981. (Relatório de Pesquisa e Desenvolvimento).
- _____, RODITI, D. Et plus ça change... tendências históricas da fluidez social no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 345-363, 1986.
- _____. Mobilidade social. In: MICELI, S. (Org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999.
- VIANNA, L. W. et al. Doutores e teses em Ciências Sociais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 453-516, 1998.